

## **Reflexões antropológicas a partir de uma política pública para crianças<sup>1</sup>**

George Ardilles da Silva Jardim<sup>2</sup>

### **Resumo**

A partir de questões que surgiram numa pesquisa realizada sobre o Programa Bolsa Família, que tem como foco a criança, o presente artigo busca realizar uma reflexão sobre o fazer antropológico. No que diz respeito à agência das crianças, é que senti a necessidade de um olhar voltado para estes pequenos seres. Seja olhando uma política pública ou a criança de forma geral. Situações de trabalho de campo foram motivo para tais indagações e são aqui expostas e analisadas.

Palavras-chave: Antropologia, Política Pública, Criança, Programa Bolsa Família.

### **Abstract**

Anthropological Reflections from a public policy for children

From the issues that emerged in a survey on the Programa Bolsa Família, which focuses on the child, this article proposes a reflection on the anthropological make. With regard to the agency of children, is that I felt the need to look back to these beings. Whether looking at a public policy or the child in general. Situations of fieldwork were reason for these questions and are here presented and analyzed.

Keywords: Anthropology, Public Policy, Child, Programa Bolsa Família.

– *Por que este cachorro está preso em seu desenho?– Porque ele é um pit-bull. Ele é perigoso e tem que ficar amarrado.*<sup>3</sup>

## Introdução

A motivação que me fez escrever este artigo foi o interesse em geral pelo trabalho antropológico, em sua fase teórica, e também em sua fase prática (no trabalho de campo). Ambas as fases regradas a muita solidão. Seja na companhia de um livro e sua teoria, ou nas linhas de um diário de campo que recebe as angústias de um pesquisador. Porém, nem tudo é solidão. São nos instantes de contato, de convívio com o nativo, que surgem as surpresas, nos fazendo re-pensar teorias, valores e práticas.

Afeito aos estudos de antropologia como busca de conhecimento e formação profissional me deparei com um novo campo que até então não me tinha despertado qualquer interesse. A própria antropologia passou por vários momentos de crise (Lévi-Strauss, 1962; Sahlins, 1997), sendo superadas quando abria os olhos e percebia que nem tudo se tinha esgotado. As culturas tinham se transformado. E acompanhando essas transformações culturais, temos as crianças, como veremos mais a frente, sendo percebida pelas sociedades e, mais tardiamente, pela antropologia, como um sujeito que merece sua devida atenção. E eu, em fase de formação, caí nas armadilhas do campo e nas crises que me fizeram pensar as crianças como sujeitos de ação e formadores de opinião.

De fato, posso dizer que tomar a criança como objeto de estudos da ciência antropológica é uma perspectiva aberta recentemente. Tradicionalmente, a antropologia trata as crianças a partir de uma visão adultocêntrica. Ou seja, a visão de mundo das crianças sendo construída por parte dos adultos, os pesquisadores. A antropologia caía, então, num tipo de etnocentrismo: a sociedade dos adultos era tomada como referência para a pesquisa sobre as crianças.

É sabido que a criança e a infância fizeram parte de alguns estudos antropológicos, porém, a percepção da criança como agente na sociedade, criadora e/ou reprodutora de ações e relações sociais, é recente, datando da década de 1980, principalmente nos países do hemisfério norte (Cohn, 2005; Gomes, 2008; Pires, 2008; Sarmiento, 2005). Assim como também é recente olhar a criança enquanto tal dentro da história da humanidade (Ariès, 1981; Nascimento, 2007).

Ainda explicitando as motivações para o presente escrito, deparei-me na minha trajetória como estudante de graduação em Ciências Sociais, com políticas públicas que tem como foco a criança. A criança como o sujeito considerado mais importante dentro de uma política de ordenamento estrutural de uma sociedade que busca minimizar os índices de pobreza, o analfabetismo, a mortalidade infantil, e aumentar a distribuição de renda no país. Draibe *et al.* (1998) *apud* Senna *et al.* (2007) assinalam

[...] que o foco na família foi a forma encontrada pelos formuladores de tais políticas para atingir seu principal público-alvo – crianças e adolescentes – e incluí-los em outras políticas, sobretudo a de educação, tornando pais e responsáveis meros intermediários neste processo (p. 89).

O Programa Bolsa Família é um exemplo dessas políticas públicas.

Essas percepções acima me vieram a cabeça quando da minha inserção numa pesquisa de iniciação científica financiada pelo CNPQ e coordenada pela professora Flávia Pires. O projeto “A casa sertaneja e o Programa Bolsa Família: Analisando Impactos de Políticas Públicas no Semi-árido Nordeste Brasileiro” em sua fase de trabalho de campo na cidade de Catingueira, alto-sertão da Paraíba, me fez pensar sobre as particularidades do trabalho antropológico com crianças. Oito dias de vivência com os nativos, com entrevistas semi-estruturadas e conversas informais, em busca de dados que dessem respostas as nossas perguntas de pesquisa<sup>4</sup>. O olhar focado nestas questões problematizadas anteriormente não nos limitam um outro olhar: o das entrelinhas do campo: aquilo que acontece na nossa frente, mas não diz respeito diretamente sobre nossas questões. Fenômenos importantes para a construção da etnografia que não podem ser captados por questionários ou entrevistas. Fenômenos estes que fazem parte dos seus modos de agir, fazer, sentir da vida nativa e que só podem ser captados no momento em que o mesmo acontece. São estes *os imponderáveis da vida real*, como bem nos falou Malinowski em seu livro clássico “Argonautas do Pacífico Ocidental”. Buscar entender as famílias em suas relações de poder com a chegada do benefício do Bolsa Família (nossa questão central), não nos cega para novas questões. Foi nesta vivência cotidiana com adultos e crianças que pude visualizar certas questões anteriormente vistas nos textos em sala de aula e que preconizavam as crianças enquanto formadores de opinião, de construtores de relações sociais, sujeitos ativos no seu meio social.

## Os estudos da criança

Os estudos que trazem a criança como objeto de análise são bastante recentes comparado a história da ciência. Isso se deve ao fato de que a criança entendida como tal e o sentimento de infância surge recentemente no contexto da modernidade. Os estudos de Philippe Ariès (1981) mostram a descoberta da infância sendo construída a partir do século XIII. Através de representações na pintura e no retrato é que o referido autor vai traçar uma gênese do sentimento de infância na modernidade.

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII (Ariès, 1981: 65).

Muitas pinturas que traziam a criança como representação, não a faziam de forma realista. Como representação da criança, estas traziam seres de baixa estatura, que mais pareciam adultos de tamanho reduzido. Com o passar do tempo a representação iconográfica religiosa da criança toma certo destaque com a representação do menino Jesus e o culto de Maria. Depois temos a criança aparecendo despida e posteriormente tomando destaque nessas representações. Isso se deu lá pelos séculos XVI e XVII. Neste sentido, podemos perceber no estudo do Philippe Ariès, que ao longo dos séculos há uma valorização da ideia de criança como sendo algo em si mesmo, em uma determinada fase da vida, e não mais os pequenos homenzinhos de outrora. “Foi no século XVII que os retratos de crianças sozinhas se tornaram numerosos e comuns” (Ariès, 1981: 65).

É importante ressaltar nesses estudos de Ariès a percepção de dois sentimentos de infância. O primeiro sentimento era tido como o da aparição, as crianças no seio familiar.

E o segundo sentimento da infância está preocupado com a disciplina e a racionalidade dos costumes.

Provavelmente isso se torna influência para a construção do saber da criança agora sob responsabilidade não mais da família. É daí que podemos perceber a idéia do surgimento de instituições que vão se tornar responsáveis pela educação das crianças para a sociedade. Como bem afirmou Sarmiento citando Foucault,

[...] em síntese, a construção simbólica da infância na modernidade desenvolveu-se em torno de processos de disciplinação da infância (Foucault *apud* Sarmiento, 2005: 369/370)

[...] que são inerentes à criação da ordem social dominante e assentaram em modos de “administração simbólica”, com a imposição de modos paternalistas de organização social e de regulação dos cotidianos, o desapossamento de modos de intervenção e a desqualificação da voz das crianças na configuração dos seus mundos de vida e a colonização adultocentrada dos modos de expressão e de pensamento das crianças (Sarmiento, 2005: 369/370).

Sabemos que os primeiros estudos que tiveram como objeto a criança foram realizados nas décadas de 1920 e 1930 do século XX por antropólogos norte-americanos, especialmente Margaret Mead (Cohn, 2005: 11). Só mesmo depois da década de 1960 é que antropólogos vão rever os conceitos de uma antropologia da infância. Um fato que precisa ser compreendido para a criação de políticas públicas para crianças, e que é um pressuposto de uma antropologia da criança, é que “portanto, ao invés de receptáculos de papéis e funções, os indivíduos passam a ser visto como atores sociais” (Cohn, 2005: 20), e claro, a criança pode ser este indivíduo.

Seja pensando a criança ou a infância, estudos que tratem estes pequenos seres em formação de maneira relacional em função dos adultos ou estudos que tratem a própria criança como sendo válido para compreender a sociedade, temos aí uma dimensão da sociedade para ser analisada. A dimensão da criança que vive com os seus pares e o mundo ao seu redor, bem como em relação aos adultos. Reconhecer a criança enquanto agente

é assumir que ela não é um “adulto em miniatura”, ou alguém que treina para a vida adulta. É entender que, onde quer que esteja, ela interage ativamente com os adultos e com as outras crianças, com o mundo, sendo parte importante na consolidação dos papéis que assume e de suas relações (Cohn, 2005: 28).

É neste sentido de valorização da criança enquanto agente social que temos que pensar a criança. Não por acaso instituições estão voltando seu foco para este agente. Da mesma forma, a sociedade instituída nas bases do Estado busca novos modos de agir com políticas sociais direcionadas a uma parcela da população que a pouco não era visto como indivíduo relacional e atuante na sociedade. A antropologia da criança pode tomar para si esse novo campo do saber para a construção de análises que possam favorecer o conhecimento da sociedade.

Foi a partir dessas leituras que pude perceber este novo objeto para uma análise antropológica. A criança toma importância recentemente dentro da história da humanidade e é mais recente ainda a percepção da agência da criança por parte da ciência antropológica.

## **Situando o Programa Bolsa Família**

Embora o debate sobre programas de transferência de renda date do primeiro quinquênio do século XX em países da Europa, este só chegará a ser discutido no Brasil em meados da década de 80 e, posteriormente com mais afinco, na década de 90, quando da aprovação em 1991 do Programa de Garantia de Renda Mínima do então Senador Eduardo Suplicy (Silva, 2007; Monnerat *et al.* 2007). Este projeto foi o ponta pé inicial para a ampliação e elaboração de outros programas de transferência de renda tanto no governo Fernando Henrique Cardoso como no governo Lula. São eles o Vale Gás, o Bolsa Escola, o Peti e o Cartão Alimentação.

O Programa Bolsa Família surge, então, como estratégia de unificar os benefícios anteriores num só, buscando melhor atender os usuários e aumentar os valores monetários (Silva, 2007). Dos principais objetivos deste programa destaca-se a diminuição da desigualdade de renda e o fim do ciclo geracional da pobreza.

O Programa Bolsa Família, criado pelo governo Lula em 2003, tem como foco a família e a criança. Das condições que as famílias tem que preencher para receber o benefício, temos a criança, quando cadastrada, fazendo parte de todas elas. Ir à escola e ao posto de saúde é o ponto chave das crianças para o recebimento do benefício. A frequência de 85% nas aulas e o cartão de vacinação em dia são requisitos para a garantia do benefício. E isso entra como uma tentativa de quebra do ciclo geracional da pobreza, que é o grande objetivo do Programa Bolsa Família. Nas palavras de Silva (2007: 1430),

Parto do entendimento de que existem diferentes concepções de pobreza, orientadas por diferentes valores que definem a construção e a implementação de diferentes alternativas de políticas de intervenção social. A concepção adotada é de que a pobreza apresenta dimensões histórica, econômica, social, cultural e política; é complexa e multidimensional; é essencialmente de natureza estrutural, sendo, portanto, mais que insuficiência de renda. É produto da exploração do trabalho; é desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços sociais básicos, à informação, ao trabalho e à renda digna; é não participação social e política.

Nestas palavras podemos perceber que esta política social, que tem como foco principal a criança, tenta garantir minimamente o acesso a esta parte da população aos serviços que são garantidos em lei, mas que de fato não chegam a alguns setores da sociedade. Embora sejam condicionalidades e direitos ao mesmo tempo, exigir que os beneficiários usufruam dos seus direitos à saúde e à escola tem como objetivo romper este ciclo de pobreza (Pires, 2009). Pois a criança na escola não está no trabalho; o benefício em casa é comida na mesa e o pensamento para o futuro pode se dar ao luxo de sonhar.

O PBF entende que a articulação entre programas estruturantes no setor da educação, saúde e trabalho junto a transferências monetárias às famílias de baixa renda, podem acabar com o ciclo geracional da pobreza. Sob a forma de condicionalidades, as famílias passam a fazer uso da educação, saúde e trabalho, para garantir o seu benefício mensal. O ciclo da pobreza, então, entendido como sendo de dimensão histórica, econômica, social, cultural e política (Silva, 2007), é quebrado quando as famílias beneficiadas com o PBF passam a participar desses direitos citados acima.

O impacto que o PBF tem causado nas famílias pobres e extremamente pobres, seja no meio rural ou urbano do Brasil, no que diz respeito a quebra do ciclo geracional da pobreza passa despercebido aos olhos de quem não participa como beneficiário deste programa. A tentativa de reduzir os impactos da pobreza no seio da estrutura familiar e, sobretudo nas

gerações futuras, são de dimensões apenas imaginadas, mas não sentidas, para quem está de fora. Um olhar mais de perto pode confirmar os números levantados em pesquisas realizadas pelo IPEA, PNAD e o Centro Internacional da Pobreza, onde os assim chamados Programas de Transferência Renda tiveram um impacto positivo nas famílias beneficiadas. Sejam eles a diminuição da desigualdade de renda, a diminuição da evasão escolar e a redução da desnutrição crônica.

Uma família que há pouco não recebia nenhum tipo de benefício e, desta conta, necessitava de trabalhos os mais variados para fazer uma soma monetária para o sustento da família, pode re-arranjar o seu *modus vivendi* a partir do momento em que uma renda mensal lhe é direcionada. Pensemos que sem benefício muitos pais levam suas crianças para o trabalho, seja ele qual for, para complementar na renda. Isso, muitas vezes, leva ao abandono da escola e das perspectivas de futuro, sobretudo num mercado de trabalho em que a educação é critério de seleção.

Dando um salto mais adiante, que é o que nos interessa aqui, podemos perceber de fato uma valorização da criança e uma preocupação diferenciada desta no século XX e XXI. Se com o passar dos anos o pensar a criança vem se modificando e tomando mais importância dentro de vários meios da sociedade, podemos exigir aí uma antropologia da criança ou da infância para entender essas dimensões simbólicas, estruturais e culturais das influências que políticas públicas provocam na sociedade.

A construção da ideia de criança ao longo do tempo na sociedade e na antropologia, bem como a percepção de uma política pública de reordenamento estrutural de uma sociedade que tem como foco a criança foram os pensamentos, *a priori*, que surgiram das leituras feitas em busca de uma aproximação do pesquisador com o campo a ser pesquisado. Num segundo momento, o do campo propriamente dito, é que surgiram novas perguntas.

## **Nas entrelinhas do campo**

De fato o foco principal da pesquisa realizada não era a criança em si, mas o empoderamento das famílias beneficiadas com o recurso do Bolsa Família. E foi justamente nesta vivência antropológica buscando uma resposta para uma determinada pergunta que eu senti falta de uma melhor estruturação e valorização da criança enquanto sujeito de ação e informação que pudesse complementar a pesquisa.

A realização de entrevistas em casas que na sua maioria tinham crianças que recebiam o benefício do PBF me fez sentir a necessidade de perguntar o que elas próprias pensam a respeito deste programa que direcionam o benefício a estes seres, pensando num possível futuro para eles. Escutei uma mãe falando, a respeito do seu filho de oito anos: *este menino passou um tempo sem querer ir à escola. Eu tive que explicar pra ele que se não fosse à escola não teria dinheiro pra comprar suas coisas*. E a mãe continuou dizendo que ele voltou às aulas, porém sem gosto algum. *Vai por causa do dinheiro*. O que pensa a criança sobre este fato? Será que voltou a escola por mera obrigação ou para agradar a mãe?

Outras questões que surgem no decorrer do dia-a-dia de uma pesquisa de campo ou nos momentos de descanso, também são de percepção do antropólogo. Trago ao presente um fato ocorrido numa das noites em que tentava me inserir na vivência da cidade. Sentado em frente à casa onde eu fiquei durante alguns dias neste trabalho de campo, alguns jovens, crianças e adultos jogavam conversa fora ao som de músicas do rádio automotivo estacionado à frente, e uma garrafa de cachaça e uns tira-gostos numa mesinha da calçada. Porém, dois

dos meninos de doze anos de idade estavam bebendo juntos, e até mais que os adultos. Uma das senhoras presentes falava: *isso é um absurdo. Um menino dessa idade bebendo*. E respondendo a esta, o garoto que bebia falava que isso é normal e que os filhos dela (um de cinco e outro de sete anos) um dia chegariam a isso. Sem meias palavras o filho de sete anos dela respondeu de imediato: *eu não tou doido não. Tenho juízo*. Então numa situação dessas fiquei me perguntando o que aquele garoto pensava sobre a bebida. A princípio, quem bebe é doido. Ou será que em idade adulta isso não teria problemas? Lembrando que ele teve uma reação diferenciada da mãe que, possivelmente, seria a conduta para o pensamento do garoto. Porém, me parece que a opinião dele se faz autonomamente, respondendo contrariamente a mãe, o seu modo de pensar.

Acrescento a este episódio o instante em que vinha andando pela rua um senhor fardado de preto que logo de longe os adultos que estavam bebendo alertou o garoto de doze anos para não *dar na cara*. Ou seja, não demonstrar que estava bebendo. E este garoto já tinha o entendimento de que o senhor que vinha pela rua era do conselho tutelar, e logo resmungou: *vou ficar quieto aqui senão ele me leva*. O entendimento da proibição me parece estar presente, mas o que ele pensa sobre isso e o que o faz burlar essa proibição e beber. Apesar dos conselhos tutelares estarem presentes em algumas cidades de interior, é comum se ver crianças bebendo como se fossem adultos.

Outra questão que vem à tona, quando do retorno ao diário de campo e aos relatórios, são os usos diferenciados que determinadas crianças fazem daquela parte do benefício que suas mães lhes passam. O pouco dinheiro que lhes são repassados pode servir de várias formas. Muitas crianças gastavam seus trocados com coisas de crianças, sejam elas balas, biscoitos, pirulitos, lanches e etc. Mas o que mais intriga é que outras crianças preferem poupar o pouco dinheiro que ganham para comprar coisas maiores posteriormente, como por exemplo, guardar para o gasto nas festas da cidade. Foi marcada a fala de uma garotinha dizendo que prefere guardar seu dinheiro para quando precisar. E aí eu pergunto se coisas de crianças não são de precisão das crianças? O pai desta garota disse que ela prefere guardar para certas necessidades. A exemplo de quando ela poupou uma quantia para poder comprar o presente do dia das mães. E em tom de riso o pai dela me diz: *de vez em quando ela me empresta dinheiro*. Vale ressaltar que esta era uma menina de sete anos de idade. De fato, lembrando desta família, fica o pensamento do por quê esta garotinha resolve poupar ao invés de gastar com *brebotes* ou *burigangas*<sup>5</sup>.

Estas e outras indagações me ocorreram, pois de fato eram situações recorrentes em diferentes casas. Atitudes que a primeira vista não seriam tidas por mim como atitudes de criança. E mais uma vez eu cairia numa visão adulta sobre as crianças. Neste sentido é que um novo olhar deve ser conquistado para a inclusão da criança enquanto agentes em determinados estudos. Não somente a criança deve ser vista e nem tão somente os adultos. Mayall (1995) *apud* Pires (2008: 140) diz que “tratar as crianças em separado do mundo adulto é ir em sentido contrário à realidade da criança, que vive em um mundo cercado também de adultos”. Neste sentido vejo a necessidade de tratar esta política pública sob uma perspectiva antropológica, buscando compreender o mundo dos beneficiados do Programa Bolsa Família a partir deles mesmos, tanto na visão dos adultos quanto das crianças, como forma de melhor compreender este mundo relacional e influenciado por uma instituição, o Estado, que também busca certos objetivos.

## Conclusão

A antropologia ao longo de sua história vem descobrindo novos métodos, técnicas e objetos que possam facilitar a compreensão do homem. Entre idas e vindas, crises e superações, esta ciência vem se dividindo em diversas áreas nos mais variados setores da sociedade. As políticas públicas não poderiam ficar de lado, bem como a análise da criança em seus mais diversos âmbitos. Foi pela forma como a criança foi adquirindo relevância na sociedade, seja como foco de políticas públicas, nos seus modos de agir e de pensar, que a antropologia passou a pensar estes sujeitos com autonomia.

Nas palavras de Lévi-Strauss podemos dizer que:

[...] o caráter específico da antropologia, desde que ela existe, sempre tem sido, através de sua interpretação, reintegrar na humanidade e na racionalidade condutas humanas que pareciam inadmissíveis e incompreensíveis aos homens (Lévi-Strauss, 1962: 26).

Desta forma, cabe, mas não só, a antropologia, continuar essa reintegração da criança na humanidade, como já vem acontecendo ao longo dos séculos. Perceber nas crianças condutas humanas racionais e autônomas de grande valia para a compreensão da sociedade.

Penso, então, que a antropologia tem a sua contribuição a ser dada, no que tange a sua especificidade, para compreender questões que possam surgir ao longo de trabalhos voltados para o seu campo mais geral, assim como o mais particular, a dizer, neste caso, à antropologia da criança.

## Notas

<sup>1</sup> Agradeço a professora Flávia Pires pelas orientações que me foram dadas em sala de aula, reuniões e no trabalho de campo quando da realização da pesquisa.

<sup>2</sup> Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. Contato: georgeardilles@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Conversa entre o pesquisador e uma criança de oito anos, enquanto esta desenhava.

<sup>4</sup> Algumas das perguntas eram as seguintes: quais os efeitos do Programa Bolsa Família na estrutura familiar; será que houve um empoderamento feminino, já que é no nome da mãe, em geral, que vem o benefício; o PBF empodera também as crianças.

<sup>5</sup> Comidas de crianças.

## Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro, LTC, 1981.

COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

GOMES, Ana Maria Rabelo. Outras crianças, outras infâncias? In: SARMENTO, Manuel, GOUVEIA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 82-96.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A crise moderna da Antropologia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 10, p. 19 – 26, 1962.

MONNERAT, Giselle Lavinias, SENNA, Mônica de Castro Maia, SCHOTTZ, Vanessa, MAGALHÃES, Rosana, BURLANDY, Luciene. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2007, vol.12, n.6, p. 1453 – 1462.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. Frutos da castidade e da lascívia: as crianças abandonadas no Recife (1789-1832). **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(1):280, p. 67 – 83, 2007.

PIRES, Flávia Ferreira. A casa sertaneja e o Programa Bolsa-Família: questões para pesquisa. **Política & Trabalho**, UFPB, João Pessoa, 2009.

PIRES, Flávia Ferreira. Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 17, p. 133 – 151, 2008.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em vias de extinção. Parte I. **Mana**, v.3, n.1, p. 41 a 73, 1997.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em vias de extinção. Parte II. **Mana**, v.3, n.2, p. 103 a 150, 1997a.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e Alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361 – 378, Maio/Ago. 2005.

SENN, Mônica de Castro Maia, BURLANDY, Luciene, MONNERAT, Giselle Lavinias, SCHOTTZ, Vanessa, MAGALHÃES, Rosana. Programa bolsa família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Rev. Katálysis**, Florianópolis, Jan./Jun 2007, vol. 10, n. 1, p.86 – 94.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online] 2007, vol. 12, n. 6, p. 1429 – 1439. Disponível em: <[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232007000600006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600006&lng=pt&nrm=iso)>.

SOARES, Fábio Veras. RIBAS, Rafael Perez. OSÓRIO, Rafael Guerreiro 2007. **Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família: uma Comparação com Programas de Transferência Condicionada de Renda de Outros Países**. Disponível em: <http://www.undp-povertycentre.org/pub/port/IPCEvaluationNote1.pdf>

SOARES, Fabio, SOARES, Serguei, MEDEIROS, Marcelo, OSÓRIO, Rafael. 2006. **Programas de Transferência de Renda no Brasil: Impactos Sobre a Desigualdade e a Pobreza**. Centro Internacional de Pobreza (IPEA /PNUD.) Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A156.pdf>